UM ESTUDO SOBRE O TERCEIRO SETOR NA CIDADE DE CUIABÁ – MT

Francisco Mirialdo Chaves Trigueiro
Docente da Universidade Federal de Mato Grosso

Fagner Araújo dos Santos
Pós-Graduando pela Universidade Federal do Paraná

Resumo

O primeiro e segundo setor não possui plena capacidade para atender os anseios da sociedade, diante diste cenário, o terceiro setor aparece com a função primordial de resolver questões relacionadas à saúde, educação, moradia, transportes, emprego e tantas outras que a população carece. Este trabalho possui o objetivo de realizar um diagnóstico das entidades do Terceiro Setor na cidade de Cuiabá – MT, quanto aos setores em que atuam, qual público-alvo atendem, as dificuldades e facilidades na gestão, dentre outros fatores. Desenvolveu-se a partir de pesquisas bibliográficas e de campo junto às entidades da cidade.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Entidades. Sociedade.

Abstract

The first and second sector does not have full capacity to meet the aspirations of society, before Diste scenario, the third sector with the primary function appears to resolve issues related to health, education, housing, transport, employment and many others that the population needs. This work has the objective of making a diagnosis of the Third Sector entities in the city of Cuiabá - MT, as to the sectors where they operate, what target audience meet, the difficulties and facilities management, among other factors. Developed from literature searches and field next to the bodies of the city.

Key-words: Third Sector. Entities. Society.

1. Introdução

A grande proliferação de entidades do Terceiro Setor decorre das impossibilidades enfrentadas pelo Primeiro e Segundo setores em resolver os problemas da comunidade. As questões relacionadas à saúde, educação, moradia, transportes, emprego e tantas outras deveriam ser totalmente resolvidas pelo Governo com a ajuda da Iniciativa Privada, em uma parceria do Primeiro Setor (Estado) com Segundo Setor (Empresas privadas com fins lucrativos).

O que se pode considerar sobre o terceiro setor, é que significa uma organização da iniciativa privada com fins públicos, com o objetivo de combater grandes problemas do mundo atual, como a pobreza, violência, poluição, analfabetismo, racismo, entre outros. São instituições com grande potencial de representatividade, podendo ser vistas como legítimas representantes dos interesses da sociedade civil.

Diversos autores já discutiram como têm sido cada vez mais usadas técnicas profissionais em organizações não-governamentais. Como cabe aos membros de tais organizações mantê-las funcionando, isso só é conseguido ao se assumir que, por mais nobres que sejam seus objetivos e ações, as organizações do Terceiro Setor funcionam em um sistema econômico capitalista, ao qual precisam se adaptar para não desaparecer, como salientam Pimenta, Saraiva e Correa (2006).

Por isso, finalidade não lucrativa não se confunde ainda com inexistência de atividade econômica. A primeira, diz respeito ao destino que se dá ao lucro. Assim, ter finalidade não lucrativa não significa que não se pode realizar atividade econômica, mas sim, que não distribua seus resultados entre seus sócios.

O objetivo do artigo é fazer um diagnóstico das entidades do Terceiro Setor na cidade de Cuiabá – MT, quanto aos setores em que atuam, qual público-alvo atendem, as dificuldades e facilidades na gestão, dentre outros fatores.

O trabalho desenvolvido pelas sociedades civis do terceiro setor é amplo, pois como o Estado cada vez mais vem se distanciando de sua missão de garantir educação, saúde, lazer, cultura, tais organizações têm crescido em número e em ações para atender a comunidade, principalmente as mais pobres e marginalizadas.

A Constituição Federal de 1988 instituiu vários desses direitos, que deveriam ser alcançados a partir do salário mínimo. Mas na realidade, a renda da maioria do povo brasileiro é insuficiente para garantir os direitos constitucionais. E esse hiato vem sendo preenchido pelo Terceiro Setor nas mais diversas áreas e projetos. O poder público vem buscando a parceria com Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), fundações, entre outras, a fim de diminuir a exclusão social nos mais diversos aspectos, como os culturais, educacionais e tecnológicos.

A exclusão social é um processo que marginaliza pessoas e grupos sociais no exercício de sua cidadania. É uma realidade presente em países pobres e até nos mais desenvolvidos, o que acarreta outras patologias sociais, como a criminalidade. Por outro lado, essa mesma exclusão vem encorajando o surgimento de entidades do terceiro setor e de movimentos sociais, como os grupos femininos e os de defesa de uma minoria.

Isso não significa eximir o governo de suas responsabilidades, mas reconhecer que a parceria com a sociedade permite a formação de uma sociedade melhor. Portanto, o Terceiro Setor não é, e não pode ser, substituto da função do Estado. A idéia é de complementação e auxílio na resolução de problemas sociais.

Assim, a justificativa para este estudo sobre o Terceiro Setor em Cuiabá, é que o termo denota um aumento do compromisso da sociedade com a cidadania, e o objetivo principal é proporcionar ao indivíduo condições de vida digna, e principalmente torná-lo consciente de suas responsabilidades como cidadão global.

2. Revisão de Literatura

2.1 Conceito e Características do Terceiro Setor

Inicialmente, as ONGs entre os séculos XVI-XIX se restringiam aos grupos religiosos (Santa Casa, organizações terceiras etc) e prestavam algum tipo de assistência à comunidade carente que ficavam às margens das políticas sociais públicas, saúde e educação fundamentalmente. No século XX, com os governos militares e as crescentes dificuldades socioeconômicas encontradas pela população brasileira, o terceiro setor se compôs das crescentes associações e movimentos sociais urbanos e rurais. Posteriormente defronte ao liberalismo econômico instalado no Brasil, o governo tentava "livrar-se" de seu patrimônio e de acordo com sua lógica, as necessidades sociais seriam sanadas por intermédio do mercado e em algum momento pelas organizações denominadas terceiro setor. (TENÓRIO 2004, p. 10).

Segundo Tachizawa (2007), o termo Terceiro Setor parte da idéia de que a sociedade e suas atividades podem ser divididas em três setores. O primeiro setor é o estado, cuja ação é organizada e delimitada por um arcabouço legal, sendo dotado de poderes frente à sociedade para que possa atuar em seu benefício, devendo ter sua atuação dirigida a todos os cidadãos, indiscriminadamente, promovendo de modo universal suas necessidades sociais. O segundo é o Mercado, no qual a troca de bens e serviços objetiva o lucro e a sua maximização. O Terceiro Setor, por sua vez, reuniu as atividades privadas não voltadas para obtenção de lucro e que mesmo fora da órbita da atuação estatal, ainda assim visaria o atendimento de necessidades coletivas e/ou públicas da sociedade.

Constitui o Primeiro Setor os órgãos governamentais como ministérios e secretarias, as autarquias e as empresas de economia mista (que têm dinheiro público aplicado). Constitui o Segundo Setor as empresas privadas como indústrias, comércio e empresas de prestação de serviços. Por fim, o Terceiro Setor é o conjunto de organizações privadas sem fins lucrativos que realizam atividades complementares às públicas (Primeiro Setor), com o objetivo se solucionar problemas sociais relativos à educação, saúde, bem-estar e entretenimento. É constituído por ONGs, OSCIPs, fundações, associações e entidades assistenciais. A seguir, serão explicadas cada uma dessas organizações.

Encontra-se na literatura as seguintes definições para Terceiro Setor:

Segundo Fernandes (1994), é um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo da expressão. "Bens e

serviços públicos", nesse caso implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas.

Enquadram-se no Terceiro Setor as fundações privadas e as associações sem fins lucrativos que se enquadrem nos seguintes critérios: (IBGE/IPEA 2002)

Privadas, não integrantes, portanto, do aparelho do Estado;

- Sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários, ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podem até gerá-los desde que aplicados nas atividades fins;
- Institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- Auto – administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- Voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

Também pode ser definida como um espaço institucional que abriga um conjunto de ações de caráter privado, associativo e voluntarista, em geral estruturadas informalmente, voltadas para a geração de bens e serviços públicos de consumo coletivo; se houver lucro, deve ser reinvestido nos meios para se chegar aos fins definidos.

O terceiro setor já ganhou reconhecimento pelas soluções positivas que vem encontrando para toda a sociedade brasileira. São associações, fundações, instituições e organizações, com peculiaridades jurídicas, próprias na área tributária, de isenções e imunidades; (...) no processo de transformação da sociedade, o Terceiro Setor vem encontrando respostas criativas para ajudar a mudar o futuro do Brasil (D'URSO, 2005).

Drucker (1994) resumiu de forma clara e objetiva o papel de uma empresa sem fins lucrativos: "a responsabilidade social primordial de uma instituição sem fins lucrativos é um ser humano mudado".

2.2 Classificação Geral da Atividade Principal

Segundo a EAESP (2007), as organizações se classificam em:

Cultura e recreação (esporte e cultura); Educação e pesquisa; Saúde (hospital e clínica de reabilitação); Assistência e Promoção Social (emergência e amparo); Meio Ambiente (proteção à vida animal); Desenvolvimento e Moradia (emprego, treinamento e geração de renda); Serviços Legais, Defesa de Direitos Civis e Organizações Políticas; Intermediárias Filantrópicas e de Promoção do voluntariado (fundações financiadoras); Atividades Internacionais; Religião; Organizações Profissionais, de Classes e Sindicatos; Outras áreas.

2.3 Denominação das Entidades do Terceiro Setor

Constituem o Terceiro Setor as iniciativas que procuram resolver determinada carência não resolvida pelo Governo ou pelas Empresas, tais como:

- **ONGs – Organização Não-Governamental.**

De uma forma geral, as ONGs referem-se a qualquer organização sem fins lucrativos não estatal; a denominação passou a ser usada nos anos 80 para designar as entidades que, nascidas dos vários movimentos sociais da década anterior, atuavam com tendências ideológicas diversas, como o marxismo e o cristianismo, e passaram a contar com estreita cooperação de entidades não-governamentais internacionais.

As ONGs, segundo Tachizawa (2007), são Organismos Não-Governamentais, criados pela sociedade civil para auxiliar o Estado na consecução de seu objetivo mais importante: garantir o pleno exercício da cidadania e da democracia. Serve para auxiliar o Estado na consecução de seus objetivos e, não raras vezes, serve para fazer o papel do Estado. O Estado não tem tempo hábil para resolver todos os problemas e suprir todas as necessidades dos administrados, por essa razão, alguém tem que fazer algo. Diante disso, destas necessidades que não podem esperar, a sociedade civil se organiza e funda estas organizações.

Toda ONG deve ter um estatuto que trace as diretrizes de seus objetivos e organize sua estrutura interna. Referido estatuto deve ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos Cíveis de Pessoa Jurídica da comarca onde a ONG tiver sua sede, sua matriz, ficando o mesmo à disposição de qualquer cidadão para que seja consultado, uma vez ser um documento público. A pessoa jurídica é distinta das pessoas que a compõe. Pode acionar ou ser acionada judicialmente. Uma ONG pode intentar ações judiciais para fazer valer os direitos previstos na Constituição ou na legislação infraconstitucional.

A finalidade precípua da ONG é fiscalizar os atos do Estado, seja em âmbito federal, estadual ou municipal, acompanhando os atos praticados pelos poderes executivo, legislativo, judiciário, ou para cuidar de certos setores específicos da sociedade, como meio ambiente, proteção e assistência ao consumidor, entre outros. Pedirá explicações dos atos praticados, quando necessário, objetivando garantir os direitos do cidadão. Zelará pelo meio ambiente, quando a isso se propuser, ou defenderá os interesses de determinada classe de pessoas quando este for seu objetivo estatutário. Poderá zelar da educação, da cultura, enfim, vários serão os objetivos aos quais uma ONG poderá se dedicar.

A ONG é responsável pelos atos que pratica na qualidade de pessoa jurídica. Sendo pessoa distinta da de seus membros, responderá sozinha por seus atos. Seus membros não respondem pelos atos praticados pela ONG, nem subsidiariamente, se isso constar do estatuto. Somente de forma excepcional um membro poderá ser responsabilizado, e isso, quando agir sem o aval da ONG, sem que seu ato tenha sido submetido à assembléia e tenha tido a adesão da maioria. Quando assim agir, a organização se reunirá para votar sobre a atitude do membro. Declarado responsável, esta decisão constará em ata e será publicada. Assim, o membro responsável poderá ser acionado pessoalmente, isentando-se, a ONG, de qualquer responsabilidade. Os atos de uma ONG devem ser praticados com reflexão, sendo fruto de profundo estudo e consenso da maioria de seus membros.

O objetivo das ONGs é fiscalizar as pessoas públicas, que estejam em cargos públicos e que, portanto, devem prestar contas de seus atos aos administrados.

Qualquer cidadão poderá exigir prestação de contas dos setores públicos do Estado, seja na esfera federal, estadual ou municipal, para que, diante das informações prestadas, possa exercer seus direitos, cumprir adequadamente seus deveres, e desfrutar da forma mais

ampla possível de sua cidadania. Só assim, pelo diálogo, poder-se-á construir um país verdadeiramente democrático.

Portanto, ONGs são importantes instrumentos de defesa do cidadão e pode se valer de todos os recursos legais para a consecução se suas finalidades. E a legislação, constitucional e infraconstitucional garante a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

- **OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público**

São organizações sem fins lucrativos que se destacam pelo interesse público de suas atividades e objetivos. Forma jurídica definida pela Lei 9.790, de 23 de março de 1999.

Somente são qualificadas como OSCIPs as organizações que têm por objetivo social, pelo menos uma das finalidades previstas no artigo 3º da Lei 9.790/99, tais como:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção do voluntariado;

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Vale esclarecer que as ONGs que se qualificarem de acordo com os critérios e finalidades da Lei 8.790/99 são classificadas como OSCIPs. Em outras palavras, as OSCIPs são ONGs, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar os requisitos da lei.

- **Associações**

Formação social que congrega pessoas interessadas em agir coletivamente a favor de um fim compartilhado; em termos jurídicos, é definida como pessoa jurídica criada por grupo de indivíduos que partilham idéias e unem esforços com um objetivo sem nenhuma finalidade lucrativa.

A associação possui o mesmo sentido da palavra sociedade, porém designa uma entidade sem fins lucrativos. É toda agremiação ou união de pessoas com um objetivo determinado, podendo ser este beneficente, científico, político, desportivo, recreativo, artístico, literário, ativista, social, entre outros. É forma característica de entidades do Terceiro Setor.

- **Fundações**

É uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, que se forma a partir da existência de um patrimônio destacado pelo seu instituidor para servir a um objetivo específico, voltado a causas de interesse público.

2.4 Estatísticas do setor

O Terceiro Setor não pára de crescer no Brasil. Em 1991, o Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda registrava cerca de 200.000 entidades sem fins lucrativos, segundo o site Ambiente Brasil. Em 1998, já somavam mais de 250 mil ONGs no país, que movimentam R$ 12 bilhões/ano, oriundos da prestação de serviços, do comércio de produtos e da arrecadação de doações. O valor corresponde a 1,2% do PIB brasileiro e demonstra enorme potencial de crescimento, pois o setor já movimenta 6% do PIB em países da Europa e nos EUA. Outro dado confirma a expansão: em 1995, entre as pessoas físicas, no Brasil, havia 15 milhões de doadores, número que em 1998 já havia triplicado, chegando a 44,2 milhões de pessoas, ou 50% da população adulta brasileira. (SETOR3, 2007).

Em maio de 2004, estimava-se que no Brasil existiam mais de 400 mil entidades do Terceiro Setor. Esses números são absolutamente tímidos quando comparados com dados dos EUA, por exemplo, onde existia na mesma época mais de 8 milhões, segundo Watanabe (2007).

Dentre as razões que levaram ao crescimento mundial do Terceiro Setor, encontram-se a capacidade limitada na execução de tarefas sociais e a falta de capilaridade por parte de órgãos governamentais. Além disso, estes órgãos do governo têm dificuldade na manutenção de programas já implementados, e uma morosidade no repasse de recursos que torna certas ações inviáveis.

2.5 Terceiro Setor *versus* **Responsabilidade Social**

O conceito de Terceiro Setor é muito confundido com o de Responsabilidade Social. Ambos estão em grande crescimento, porém seus objetivos são bem diferentes.

O Terceiro Setor "corresponde às instituições com preocupações e práticas sociais, sem fins lucrativos, que geram bens e serviços de caráter público." (REBRATES, 2007)

A Responsabilidade Social é o comprometimento do Segundo Setor, que são as empresas privadas, de contribuir com o desenvolvimento da sociedade.

Responsabilidade Social Empresarial é "a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais". (INSTITUTO ETHOS, 2006). Clientes, funcionários, fornecedores pressionam essas empresas que se dizem responsáveis a agir com seriedade e ética na condução dos negócios.

Porém, as empresas utilizam desse recurso para garantir a preferência da marca entre os consumidores, como uma estratégia de marketing social. Este tem como objetivo mudar idéias e comportamentos das pessoas, muito usado em campanhas publicitárias.

3. Metodologia

3.1 Classificação da Pesquisa

Considerando a classificação de Andrade (2005), as pesquisas desenvolvidas foram de natureza qualitativa, pois permitiu analisar opiniões dos dirigentes; e quantitativa, para mensurar dados como orçamentos e números de funcionários e voluntários, dimensionar as organizações do Terceiro Setor em Cuiabá, conhecer o seu perfil socioeconômico e demográfico, dentre outras.

Em relação aos objetivos: descritiva, porque descreveu as características da população em estudo.

Quanto aos procedimentos: pesquisa bibliográfica, uma vez que foi realizado um estudo sistematizado com base em material publicado em livros, artigos, revistas e meios eletrônicos; também se utilizou da documental, porque houve consulta a documentos de órgãos públicos como a Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Humano da Cidade de Cuiabá; e pesquisa de campo, pois se investigou empiricamente as entidades do terceiro setor presentes na cidade.

3.2 Universo e Amostra

O universo é o conjunto de indivíduos, empresas, instituições, entre outros que possuem as características definidas para determinado estudo. Nessa pesquisa o universo foi as entidades do Terceiro Setor de Cuiabá. A quantidade de organizações foi consultada na Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Humano do município, totalizando 121, das mais diversas áreas de atuação e bairros da cidade de Cuiabá. São dispersas em várias regiões da cidade e as entidades ligadas ao segmento de crianças e adolescentes, comunidade e saúde são as mais representativas, conforme se observa no quadro 01 a seguir.

Entidades por área	Quantidade
Criança e Adolescente	33
Comunidade	32
Crianças	22
Saúde	10
Portadores de Necessidades Especiais	6
Idosos	5
Adolescentes	4
Dependentes Químicos	3
Comunidade Indígena	2
Aposentados e Pensionistas do Estado de MT	1
Associação da Polícia Militar de MT	1
Lactantes e Mães	1
Tratamento de Migrantes	1

Figura 01 – Entidades existentes por área em Cuiabá (2010)
Fonte: Elaborado pelos autores.

A princípio, foram visitadas todas as entidades, mas apenas 21 delas responderam a pesquisa, o que representa 17% do universo.

3.3 Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados

Para operacionalizar a pesquisa, algumas técnicas foram adotadas, como a entrevista (levantamentos) e a observação.

A entrevista (levantamento) foi de forma estruturada com objetivos definidos: coletar dados sobre o perfil das entidades, como as áreas em que atuam, os projetos que desenvolvem, a forma jurídica, o tempo de fundação, entre outras. Para registrar as informações, foi elaborado um questionário estruturado com questões fechadas.

A observação consistiu na coleta e registros de eventos observados, como localização e aspectos físicos. Nesse caso, foi criado um formulário com campos para observação e registro.

3.4 Análise dos Dados

A análise e interpretação dos dados foram feitas através de tabelas, gráficos, quadros, como também através de textos e interpretações. Assim, foi feito um tratamento quantitativo e qualitativo. Para suporte na análise, foram utilizados programas estatísticos como o Excel.

4. Resultados e Discussão

A seguir serão apresentados os principais resultados da pesquisa e as respectivas análises de cada ponto abordado.

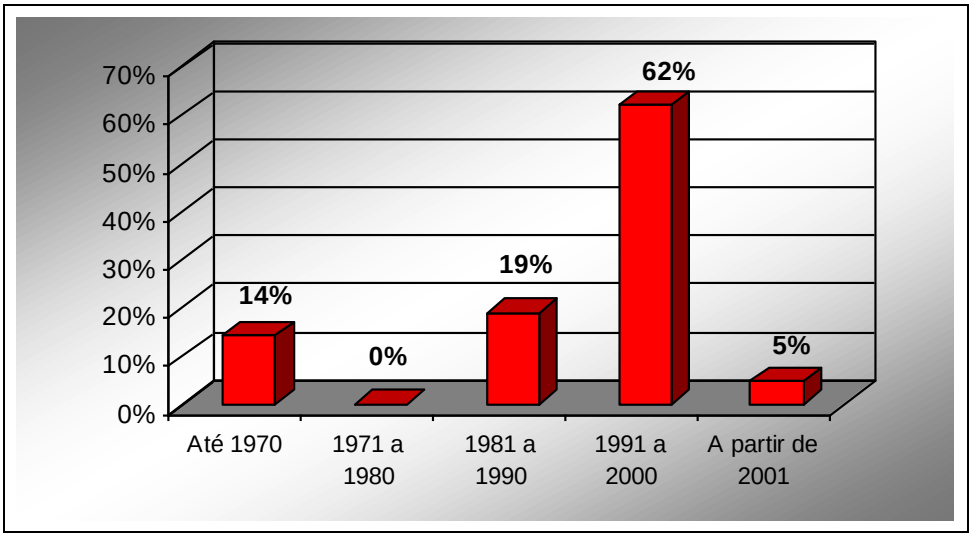

Figura 02 – Data de fundação das instituições
Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo a Figura 02, quase 70% das instituições foram criadas a partir da década de 90, no qual 62% entre 1991 e 2000. Isso se justifica pelo fato que nessa época começa as privatizações e a ênfase na economia neoliberal, conforme saliente Tenório (2004), onde as necessidades sociais seriam sanadas por intermédio do mercado e também das organizações denominadas terceiro setor. Nesse modelo o Estado tem pouca responsabilidade com o social, com isso surgem mais organizações do terceiro setor para suprir algumas lacunas deixadas pelo pode público.

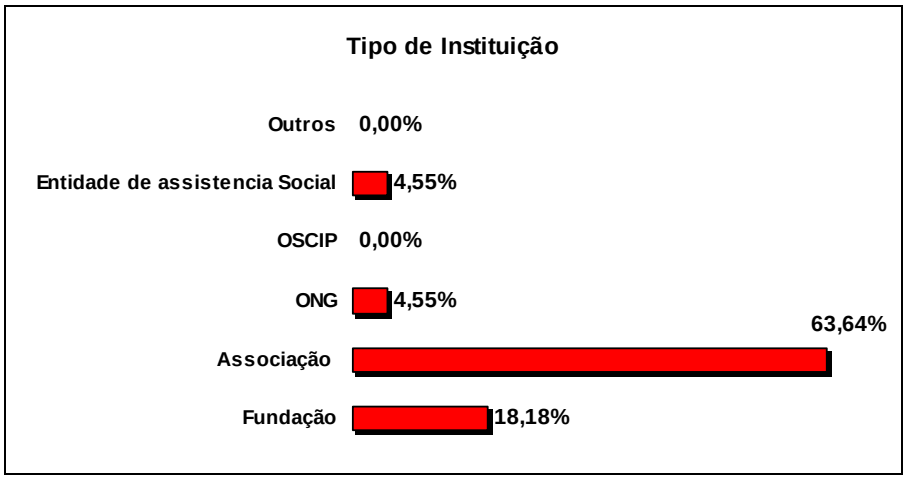

Figura 03 – Modalidade da instituição
Fonte: Elaborado pelos autores.

A maioria das instituições analisadas (63,64%) está registrada como uma Associação. Formação social que congrega pessoas interessadas em agir coletivamente a favor de um fim compartilhado. A associação possui o mesmo sentido da palavra sociedade, porém designa uma entidade sem fins lucrativos. É toda agremiação ou união de pessoas com um objetivo determinado. De acordo com Tachizawa (2007), organizações não governamentais (ONGs), são entidades de natureza privada (não pública) sem fins lucrativos, que juridicamente são associações ou fundações. Importante destacar, que nenhuma das organizações pesquisadas se enquadrou como OSCIPs, mas considerando que a Lei que instituiu esse modelo de entidade

foi promulgada em 1999, muitas delas não mudaram o regime, já que 96% das instituições pesquisadas foram fundadas até 2000.

Ordem	Variável	Frequência	Posto
1º	Assistência Social	15	71,43%
2º	Educação	12	57,14%
3º	Saúde Gratuita	10	47,62%
4º	Cidadania	10	47,62%
5º	Cultura	7	33,33%
6º	Direitos Humanos	4	19,05%
7º	Desenvolvimento Econômico e Social	3	14,29%
8º	Combate a Pobreza	2	9,52%
9º	Meio Ambiente	1	4,76%
10º	Outros	1	4,76%
11º	Democracia	1	4,76%

Figura 04 – Área de atuação das organizações
Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma organização pode trabalhar com varias áreas de atuação. A que mais se destacou na pesquisa foi a Assistência Social (71,43%), principalmente de crianças carentes; seguida de Educação (57,14%), Saúde Gratuita e Cidadania, ambas com 47,62%; e Cultura (33,33%). As principais áreas que as instituições trabalham são as que o governo menos atua. Segundo a Lei nº 9.790/99, as organizações do terceiro setor devem ter, obrigatoriamente, como objeto social, em seu estatuto de constituição, pelo menos um dos seguintes objetivos: defesa, preservação e conservação do meio ambiente; promoção da assistência social; promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação; promoção gratuita da saúde; promoção da segurança alimentar; promoção de voluntariado; promoção da ética; estudos e pesquisa, entre outros.

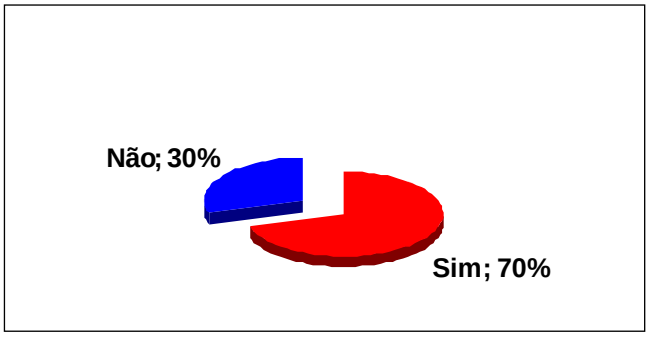

Figura 05 – Existência de voluntários
Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação ao número de voluntários, varia muito: algumas têm mais de 100, outras 14, 20, ou 25 voluntários. E realizam diversas tarefas, como educação, nutrição, atendimento a crianças, palestras, cursos. No caso das entidades do terceiro em Cuiabá, 70% delas contam com voluntários. Hoje, as pessoas têm procurado ajudar o próximo, e o trabalho voluntario contribui na satisfação dessa necessidade. Por isso, cada vez é maior o numero de voluntários nas instituições.

De acordo com Szazi (2000) hoje é significativo o número de pessoas que doam algum tempo de trabalho voluntário no Brasil: 16% da população acima de 18 anos. Se transformarmos o total de horas trabalhadas no equivalente à jornada de tempo integral, teremos um número representativo de 333.000 pessoas. Esse trabalho voluntário foi caracterizado pela Lei nº 9.608/98 como a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social.

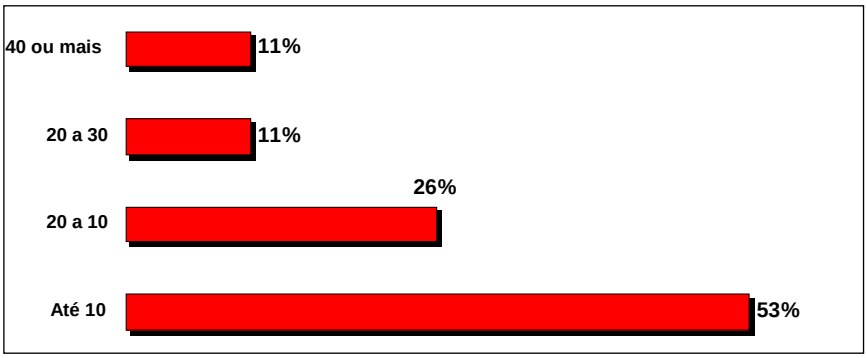

Figura 06 – Funcionários assalariados nas organizações
Fonte: Elaborado pelos autores.

As pessoas assalariadas dentro das organizações do terceiro setor, geralmente são as de áreas técnicas ou especificas. A pesquisa constatou que 53% possuem até 10 funcionários e 11% com mais de 40 funcionários. Assim, a grande maioria é considerada de pequeno porte (79%), com menos de 20 funcionários. Os principais cargos dos funcionários assalariados são: professores, assistentes, administrativo, telefonistas, médicos. São cargos mais específicos e que exigem certo grau de especialidade.

Ordem	Variável	Frequência	Percentual
1º	Conselho	10	48%
1º	Participativa	10	48%
2º	Presidente ou Diretor	6	29%
3º	Vice-Presidente ou Vice-Diretor	0	0%
4º	Gerência	0	0%
5º	Outro	0	0%

Figura 07 – Tomada de decisões e responsabilidades
Fonte: Elaborado pelos autores.

Mesmo que a maioria das instituições pesquisadas seja representada por presidentes, geralmente as decisões não são centralizadas. As decisões são tomadas em conselhos (48%) ou em reuniões em que um grupo de membros participa das decisões (48%). Outros 29% tomam as decisões por meio do presidente ou diretor.

Chiavenato (1997, p. 710) elucida ao definir decisão como "o processo de análise e escolha entre várias alternativas disponíveis do curso de ação que a pessoa deverá seguir".

Já a tomada de decisões, é o processo pelo qual são escolhidas algumas ou apenas uma entre muitas alternativas para as ações a serem realizadas. Um tipo de processo de tomada de

decisão é o participativo, onde significa que a equipe, e não só os gerentes designados têm influência sobre as decisões que afetam a organização. Não é o mesmo que uma gerência comunitária ou cooperativa, onde todos da equipe têm o mesmo peso no processo de tomada de decisão. Uma maioria por voto, ou um consenso, não é o árbitro final em uma decisão consensual.

Na gestão participativa, os gerentes designados (ou gerente) ainda têm (ou tinham) a responsabilidade final pela tomada de decisões e responder por estas, mas os membros da equipe afetados pelas decisões estão aptos a prover o processo com observações, análises, sugestões e recomendações na tomada de decisões executiva.

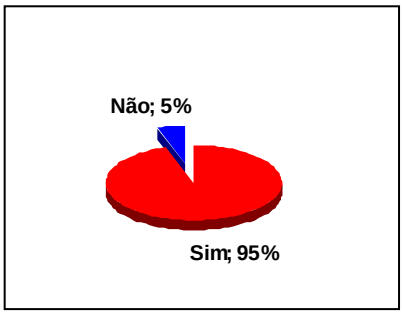

Figura 08 – Parceiros financeiros
Fonte: Elaborado pelos autores.

É complicado para uma organização do terceiro setor se manter sem parceiros financeiros, levando em conta que essas organizações trabalham sem fins lucrativos. Em Cuiabá, 95% das instituições têm apoio de parceiros.

Através da Lei 9.790 de 1999, se cria as parcerias entre Estado e empresas privadas com as organizações do terceiro setor. Um aspecto extremamente positivo do termo de parceria é que ele se fundamenta em princípios do mundo moderno, calcados em transparência na gestão dos recursos, competição para acesso a eles e cooperação e parcerias na execução dos projetos.

Desde 1996, as pessoas físicas estão autorizadas a deduzir de seu imposto de renda as doações efetuadas a quaisquer entidades, sejam elas de cunho filantrópico, educacional ou de assistência social, com isso aumentou o numero de pessoas físicas realizando doações. As pessoas jurídicas recebem mais incentivo para realizar doações, no entanto, na pesquisa há uma grande diferença entre as pessoas físicas e jurídicas, sendo a primeira mais solidaria.

Posto	Variável	Frequência	Percentual
1º	Estado	15	71%
2º	Pessoa Física	11	52%
3º	Pessoa Jurídica	1	5%
4º	Outro	0	0%

Figura 09 – Parceiros financeiros
Fonte: Elaborado pelos autores.

Na maioria das vezes as instituições do terceiro setor trabalham onde há uma ausência por parte do governo. Com isso, o governo acaba apoiando financeiramente algumas organizações. Hoje, as pessoas se sentem responsáveis pelas mazelas da sociedade, e através

do trabalho voluntario, buscam contribuir. No entanto, muitas por falta de tempo preferem apoiar financeiramente as instituições. Na pesquisa, constatou-se que o Estado responde por (71%) dos parceiros das entidades de Cuiabá, como também de pessoas físicas (52%). Vale frisar que o apoio de empresas privadas ainda é irrisório, com apenas (5%).

Tachizawa (2007) mostra que o governo é fundamental para as organizações do terceiro setor com relação a parcerias financeiras. No entanto, é preciso ter clareza quanto às exigências relativas à periodicidade de relatório e prestação de conta, bem como quanto aos cronogramas de recebimento e desembolso. Muitas entidades têm encontrado dificuldade em gerenciar seus fluxos de caixa em razão de atrasos nos repasses de recursos, o que gera problemas para cumprir obrigações financeiras principalmente no pagamento de funcionários contratados em projetos.

Posto	Parceiro Institucional	Frequência	Percentual
1º	Estado	14	67%
2º	Pessoa Física	11	52%
3º	Pessoa Jurídica	3	14%
4º	Outro	1	5%

Figura 10 – Parceiros institucionais
Fonte: Elaborado pelos autores.

Como ocorre em relação à parceria financeira, o parceiro institucional que geralmente mais apoia o terceiro setor é o Estado (67%). No entanto, há também apoio privado de pessoas físicas, com (52%) e de algumas empresas, (14%), que se identificam com as causas das instituições. De acordo com Barreira (2001), vivemos em uma época em que a sociedade tem sido chamada a colaborar de forma crescente, associações entre organizações da sociedade civil evoluem e, entre elas, organizações governamentais também crescem.

A constituição de 1988 passou a prever a participação da sociedade civil na promoção de políticas sociais, abrindo novos espaços de atuação para as organizações, na forma de conselhos de políticas sociais, emendas populares entre outras. Ao mesmo tempo em que as políticas macroeconômicas introduzidas a partir de 1990 aprofundaram antigos problemas sociais e reduziram o gasto social nos níveis estadual e municipal, intensificou-se o interesse dessas instâncias por parcerias com as organizações não governamentais. Ainda mais recentemente, nas reformas do estado, o Terceiro Setor passa a ser identificado como potencial parceiro para atuar em áreas consideradas como não exclusivas do Estado e a legislação brasileira adotou novas formas de contar com a participação dessas entidades na implementação de políticas de caráter público.

Posto	Variável	Frequência	Percentual
1º	Próprio	18	86%
2º	Doação	15	71%
3º	Governo	12	57%

Figura 11- Fonte dos recursos
Fonte: Elaborado pelos autores.

Ainda é comum acreditar que, em função de uma organização do terceiro setor não ter fins lucrativos, todos seus recursos são oriundos de doações. Entretanto, esse trabalho mostrou que em 86% das empresas pesquisadas, os recursos são próprios. Esses recursos

próprios vêm das vendas de produtos produzidos nas instituições, eventos, feiras entre outras formas. Quanto às doações, representam 71% das fontes das entidades de Cuiabá. O governo representa 57%, o que mostra que o governo contribui com mais da metade delas. De acordo com uma pesquisa realizada por Leilah Landin, em 2005, uma grande parcela dos recursos 61,1% utilizado pelas instituições do terceiro setor é gerada por elas próprias; o governo contribui com 12,8% e os doadores privados, com 26,1%. Esse valor foi doado tanto em dinheiro como em trabalhos voluntários. Assim, as instituições de Cuiabá estão um pouco acima dessa média nacional em termos de recursos próprios.

Posto	Variável	Frequência	Percentual
1º	Operacionais	19	90%
2º	Projetos	14	67%
3º	Pessoal (salário, encargos, benefícios)	14	67%
4º	Eventos	10	48%
5º	Doações para outras ONGs	4	19%
6º	Impostos e Taxas	3	14%
7º	Treinamentos	1	5%
8º	Capital imobilizado	0	0%
9º	Financeiro	0	0%

Figura 12- Destino dos recursos
Fonte: Elaborado pelos autores.

Os recursos adquiridos pelas empresas são distribuídos em varias áreas. Entretanto, um percentual maior (90%) desses recursos é usado para despesas operacionais. Esses recursos são utilizados também para desenvolver projetos (67%), despesas de pessoal (67%) e realização de eventos (48%).

Posto	Variável	Frequência	Percentual
1º	Apoio Governamental	12	57%
2º	Falta de apoio de Empresas privadas	10	48%
3º	Falta de Recursos e Equipamentos	8	38%
4º	Estrutura Física	7	33%
5º	Falta de Voluntário	4	19%
6º	Pessoa Capacitada	3	14%
7º	Apoio da Sociedade Civil	2	10%
8º	Falta de Financiamento	1	5%
9º	Outro	1	5%

Figura 13 – Maiores dificuldades
Fonte: Elaborada pelos autores.

Dentre varias dificuldades encontradas nas organizações do terceiro setor, a falta de apoio tanto do governo (57%), bem como das instituições privadas (48%), são as mais presentes, segundo os entrevistados. Eles reclamam que às vezes é muito grande a burocracia para conseguir apoio governamental. De acordo com a pesquisa, a estrutura física (33%) e a falta de recursos e equipamentos (38%) são apontadas como dois problemas graves nas instituições, pois com a falta de apoio fica complicado investir nas instituições.

Lílian Perez, conselheira fiscal do Instituto para o Desenvolvimento do Empreendimento Social Sustentável (DESS), aponta que a maior dificuldade das organizações é obter recursos para projetos de longo prazo. A situação atual das ONGs, como são chamadas essas organizações sem fins lucrativos, inclui dificuldades de várias ordens, como identificar fontes de financiamento, elaborar propostas consistentes, captar recursos e gerir as organizações e seus projetos.

Posto	Variável	Frequência	Percentual
1º	Equipe de funcionário e voluntários	14	67%
2º	Isenção de Impostos	11	52%
3º	Estrutura e instalações Físicas	9	43%
4º	Parceira com Estado, não Sujeito as Leis de Licitação	3	14%
5º	Doações da União (com Titulo de Unidade Pública)	3	14%
6º	Receber Bens Apreendidos Pela Receita Federal	1	5%
7º	Liberdade de Contratação e Remuneração	1	5%
8º	Outro	1	5%

Figura 14 – Maiores facilidades
Fonte: Elaborada pelo autor.

O que é mais gratificante dentro de uma organização do terceiro setor são os funcionários e voluntários (67%), pois eles trabalham satisfeitos e na maioria das vezes se empenham ao máximo. Outra facilidade é a isenção dos impostos oferecida pelo governo para instituições do terceiro setor, com 52%. O estudo apontou também na sequência: estrutura e instalações físicas (43%), parceria com estado (14%), doações da união (14%).

Sobre umas das maiores facilidades encontradas no levantamento, a constituição federal, em seu artigo 150, inciso VI, alínea c, estabelece que é vedado à união, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir imposto sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

6. Conclusões

O objetivo desta pesquisa foi analisar as organizações do terceiro setor na cidade de Cuiabá, quanto a seus objetivos, evoluções e área de atuação. A pesquisa mostrou que a presença de um Planejamento Estratégico explícito e participativo é fator chave para a sobrevivência e sucesso em longo prazo deste tipo de organização. O oposto também parece verdade, a falta de direcionamento e entendimento amplo é presença constante nas entidades que perecem. Muito embora não se possam generalizar tais observações, especialmente dada à heterogeneidade do setor social, acredita-se que tais constatações são válidas.

Todos os objetivos propostos foram realizados, no entanto em um prazo um pouco maior do que o previsto. Existem muitas organizações do terceiro setor em Cuiabá, foi difícil selecionar algumas. Assim, contamos com o cadastro da Secretária de Ação Social do município. Como as organizações estão espalhadas em toda a cidade houve dificuldade logística. A pesquisa foi realizada por setores. Algumas organizações se negaram a participar da pesquisa. As instituições foram selecionadas de acordo com a localização e a área de atuação e quando alguma instituição se negava a participar, rapidamente selecionava-se outra

que preenchesse os pré-requisitos. Foram pesquisadas 21 instituições, 17% da amostra total em Cuiabá. A grande maioria 65% foi fundada depois de 1991, época em que o Estado diminui as participações diretas nos projetos sociais. Outro dado interessante é o publico alvo atendido pelas instituições, os maiores são as crianças, as famílias e os adolescentes.

7. Considerações Finais

Apesar de existirem muitas instituições do terceiro setor constituídas na cidade de Cuiabá, há ainda uma deficiência acerca da arrecadação de recursos, principalmente recursos oriundos da iniciativa privada. Muitas vezes a falta de informação, a ausência da documentação adequada e de qualificação legal são os grandes entraves para arrecadação de recursos no terceiro setor.

É importantíssimo que a entidade, ao pleitear recursos para um projeto, esteja devidamente regularizada e de preferência, que já realize atividades dentro dos seus objetivos estatutários. Importante atentar se os objetivos da entidade são os mesmos exigidos no edital de financiamento.

Algumas entidades financiadoras também exigem determinados certificados como de Utilidade Pública, de OSCIP, Certidão do Conselho Municipal da Criança etc. Importante ressaltar que, sem a documentação exigida no edital, o projeto dificilmente terá chance de ser aprovado.

8. Referências

ANDRADE, M. M. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico.* 7 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CHIAVENATO, I. *Introdução à Teoria da Administração*. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1997.

DRUCKER, P. *Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos: princípios e práticas*. São Paulo: Pioneira, 1994.

D'URSO, L. F. B. *Cartilha do Terceiro Setor*. Disponível em: http://www.amarribo.org.br/. Acesso em: 08 de julho de 2012.

EAESP-FGV. Disponível em: http://www.mre.gov.br. Acesso em: 23 de abril de 2007.

FERNANDES, R. C. *Privado Porém Público: O Terceiro Setor na América Latina.* 2 ed. Rio de Janeiro: Relume – Dumaré, 1994.

IBGE/IPEA. *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

SOCIAL, I. E. R. *Responsabilidade Social das Empresas: A Contribuição das Universidades*. volume 5. São Paulo: Instituto Ethos, 2006.

PIMENTA, S. M.; SARAIVA, L. A. S.; CORRÊA, M. L. *Terceiro Setor: Dilemas e Polêmicas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

REBRATES. Disponível em: http://www.terceirosetor.org.br. Acesso em: 20 de novembro de 2007.

SZAZI, E. *Terceiro Setor: Regulação no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

SETOR3. Disponível em: http://www.setor3.com.br. Acesso em: 14 de abril de 2007.

TACHIZAWA, T. *Organizações Não-Governamentais e Terceiro Setor*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TENÓRIO, F. G. *Um Espectro Ronda o Terceiro Setor: O Espectro do Mercado*. Cidade: editora, 2004.

WATANABE. *O que é Terceiro Setor.* Disponível em: http://www.ebanataw.com.br/roberto/ong/tsetor.htm. Acesso em: 14 de abril de 2007.